

# Presidencialismo de Coalizão: uma Revisão Narrativa na Literatura 2013-2017

Ivan Pricken de Bem<sup>1</sup>  
Maria Célia Delduque<sup>2</sup>



Artigo também disponível pelo  
QR Code ao lado ou *link*  
<https://goo.gl/euffuy>

## RESUMO

O objetivo do presente artigo é conhecer a literatura nacional publicada em periódicos indexados, nos últimos cinco anos, em que se discutia a questão do presidencialismo de coalizão. Para tanto, fez-se uma pesquisa bibliográfica em dois bancos de dados especializados em ciência política e direito, utilizando-se como descritor a palavra-chave tema do presente artigo. Foram encontrados poucos artigos relacionados ao tema, sendo a grande maioria deles publicados em anos não privilegiados pela pesquisa. Concluiu-se que a literatura brasileira sobre o presidencialismo de coalizão é escassa e que aborda tão somente os aspectos conceituais e filosóficos, não adentrando em pesquisas empíricas.

**Palavras-chave:** Presidencialismo. Coalizão. Políticas Públicas.

---

1 CV Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2766967450764865>. Pesquisador Colaborador e Docente na Fundação Oswaldo Cruz Brasília. Mestre em Políticas Públicas em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz. E-mail para contato: [Ivanprk@gmail.com](mailto:Ivanprk@gmail.com)

2 CV Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9682855541881561>. Pesquisadora Adjunta e Docente na Fundação Oswaldo Cruz Brasília. Pós-doutora em Direito pela Universidade de Cantábria - Espanha. E-mail para contato: [mcdelduque@gmail.com](mailto:mcdelduque@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que é governado sob o regime de uma democracia representativa, com voto obrigatório. Com a proclamação da República pelos militares e com a ausência do povo e a nomeação do primeiro presidente do Brasil, Marechal Deodoro da Fonseca, eleito pela via indireta pelo Congresso Nacional, promulgou-se a Constituição de 1891, declarando o regime republicano e presidencialista para o Brasil. O sufrágio ficava restrito aos homens alfabetizados e o voto aberto permitia o “voto de cabresto” e a formação de “currais eleitorais”.

Em 1889, a tradição constitucional brasileira adotou o modelo bicameral, em que há duas casas, uma a representar os estados federados, com senadores eleitos pelo sistema majoritário, e outra o povo, com deputados eleitos pelo sistema proporcional, formando, portanto, duas câmaras mutuamente revisoras. Deste modo, desde a Constituição de 1891, o Poder Legislativo no Brasil é exercido, no âmbito federal, pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A Constituição de 1988 adotou o presidencialismo como forma de governo para o Brasil e, mesmo o plebiscito de 1993, acabou por jogar uma pá de cal sobre a opção parlamentarista ou outra forma de governo. Por outro lado, a legislação eleitoral não sofreu qualquer alteração, mantendo-se o princípio proporcional e a lista aberta, que mantêm o processo de transformação de votos em cadeiras legislativas. Sendo assim, há, no Brasil, um sistema político que mantém “um presidente que se contrapõe a um Legislativo povoado de uma miríade de partidos carentes de disciplina” (1).

No período pós-constituente, a taxa de aprovação de matérias introduzidas pelo Executivo foi elevada e contou com apoio político estruturado. Mas tais conformações dependem de arranjos, muitas vezes de induzir os parlamentares a cooperação, porque o melhor recurso para obter apoio visando a aportes eleitorais é votando disciplinadamente (1). Tais arranjos acabaram por se denominar presidencialismo de coalizão (2).

O Brasil vive em um presidencialismo de fato, porém a sua constituição é semelhante ao governo parlamentarista, visto que a montagem da coalizão é uma característica própria do parlamentarismo. Este é o presidencialismo de coalizão surgido no final da década de 1980, a partir das regras elencadas pela Constituição de 1988.

O regime democrático brasileiro, definido por esta Constituição, convive com os arranjos políticos realizados entre os detentores do poder no Executivo e Legislativo, de modo a ganhar governabilidade e poder realizar as políticas públicas de interesse de governos.

Cabe destacar que, nessa relação, o enfraquecimento da ligação entre esses dois Poderes pode acarretar em uma crise na gestão e execução das políticas públicas de saúde. A coalizão de forças, nesta composição político-institucional, é importante para a sobrevivência do Executivo, que necessita de aprovação de leis orçamentárias e ordinárias sanitárias no Congresso, indispensáveis para o funcionamento do sistema de saúde brasileiro.

Assim é que é necessário debruçar-se sobre conhecimento do presidencialismo de coalizão adotado pelos governos brasileiros, desde o presidente José Sarney, a fim de compreender as conjunções de forças entre o legislativo e executivo nacionais na produção de leis e na condução da vida nacional, que geraram impactos em diversos campos, incluindo a saúde pública.

Diante deste contexto, o presente artigo tem como objetivo principal compreender o presidencialismo de coalizão, seu conceito e formação, bem como suas características em terras brasileiras, no intuito de compreender a formação legislativa pelo parlamento em face da coalizão de forças políticas.

## 2. MÉTODOS

Este artigo trata de uma revisão bibliográfica feita para aprofundar os arranjos e conceitos do tema do presidencialismo de coalizão.

A metodologia utilizada neste artigo foi a descritivo-analítico-reflexiva, que, segundo Marcolino e Mizukami (3), permite, por meio do embasamento em referenciais bibliográficos existentes na literatura, a análise reflexiva do tema proposto sob o modo descritivo.

Para a realização da revisão bibliográfica, utilizaram-se a Biblioteca Virtual do Senado Federal (BVSF) e a Biblioteca Eletrônica de Periódicos da Capes, considerando-se as publicações na língua portuguesa e/ou hispânica, entre 2013 a 2017. Os dados foram pesquisados durante o período de março a abril de 2017. O descritor de interesse utilizado foi “presidencialismo de coalizão” e controladores *booleanos*.

As produções científicas analisadas foram provenientes de trabalhos publicados em formato de artigos originais em periódicos que privilegiam a revisão por pares.

Tomou-se, como questão geradora da busca, a seguinte pergunta: como se apresenta a produção científica sobre o presidencialismo de coalizão nos últimos cinco anos (2013-2017)?

Os critérios de inclusão foram:

- a) estudos realizados no Brasil ou estrangeiro;
- b) estudos produzidos em português e/ou espanhol;
- c) estudos que tratam do presidencialismo com as características marcadas pela coalizão de partidos políticos.

Já os critérios de exclusão abrangeram:

- a) estudos que tratam de parlamentarismo;
- b) publicações referentes a monografias, relatos de experiências e artigos de opinião, resenhas de livro, notas técnicas;

- c) estudos realizados fora do período delimitado para a busca da produção na literatura científica.

Após a leitura dos artigos, os estudos foram classificados nas seguintes categorias de análise:

- a) Abordagem conceitual do presidencialismo de coalizão;  
 b) Configuração e Funcionamento do Presidencialismo de Coalizão;  
 c) Monitoramento de Políticas Públicas no Presidencialismo de Coalizão;  
 d) Presidencialismo de Coalizão aplicado a casos concretos.

Cabe destacar que a análise se concentrou, essencialmente, na revisão da literatura, complementada por reflexões subsidiadas pelas práxis dos autores.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 22 artigos que respondiam ao critério do descritor de busca, porém, apenas seis artigos foram publicados no marco temporal estipulado para a pesquisa.

A base de dados da BVSF não trouxe nenhum dado que correspondesse à pesquisa, sendo uma base de dados muito rica em livros, em inteiro teor, documentos produzidos nas casas legislativas e artigos publicados em jornais de circulação nacional. Apenas a base de dados dos Periódicos Capes trouxe elementos para a pesquisa.

O quadro 1 apresenta o universo de manuscritos selecionados para a pesquisa, após a leitura dos respectivos resumos.

**Quadro 1 – Artigos publicados em revistas indexadas na base Periódicos-Capes sobre presidencialismo de coalizão.**

Resultados da Revisão de literatura sobre Presidencialismo de Coalizão – 2013-2017				
Banco de Dados	Periódico	Título	Autor (es)	Ano de publicação
Periódicos Capes	Dados: Revista de Ciências Sociais	Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no Presidencialismo de Coalizão	Borges, André	2015
	Revista de Sociologia e Política	O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão	Batista, Mariana	2016
	Opinião Pública	Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas	Inácio, Magna Resende, Daniela	2015
	Direito e Liberdade	Presidencialismo de Coalizão no Estado de São Paulo	Gaspardo, Murilo Marchioni, Arthur	2016

Resultados da Revisão de literatura sobre Presidencialismo de Coalizão – 2013-2017				
Banco de Dados	Periódico	Título	Autor (es)	Ano de publicação
Periódicos Capes	Dados: Revista de Ciência Política	<i>Presidencialismo y coaliciones de gobierno en America Latina: un analisis del papel de las instituciones</i>	Albala, Adrian	2016
	Opinião Pública	O poder no Executivo: uma análise do papel da presidência e dos ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro	Batista, Mariana	2013

Fonte: quadro elaborado pelos autores com base na pesquisa bibliográfica nas fontes determinadas.

### 3.1. ABORDAGEM CONCEITUAL DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

A maior parte da literatura concernente às coalizões do sistema presidencialista estabelece modelos para explicar os processos de formação e dissolução das alianças de governos e esquece-se de mencionar fatores históricos e culturais que levam à conformação da coalizão.

Essa mais nova geração de estudos se limita a apontar os impactos facilitadores ou limitadores para a formação e avaliação das coalizões.

O presidencialismo de coalizão se apresenta como uma variante institucional para explicar a atuação e funcionamento do Executivo, em face da gestão do Estado e do Governo, bem como na produção legislativa federal. Tratar do tema requer o enfrentamento de um desafio, porque além de ser um tema complexo no âmbito da Ciência Política, há escassa literatura sobre o assunto, especialmente em face do recorte dado por esta pesquisa bibliográfica.

A maioria dos artigos e estudos identificados na pesquisa sobre esta questão explicam o sistema de governo à luz do presidencialismo unipartidário, associado às democracias parlamentares europeias, e a partir desses contextos, analisa o presidencialismo de coalizão sob as duas vertentes: a da composição e a da organização deste sistema, não havendo-se encontrado material específico sobre a relação entre a produção legislativa *stricto sensu* e o presidencialismo de coalizão.

Mas, para o entendimento do presidencialismo de coalizão, é comum dar início ao entendimento sobre o governo no parlamentarismo, que só existe enquanto o dirigente mantém apoio da maioria do Legislativo, fazendo com que o foco do poder esteja no gabinete. Por outro lado, quando nenhum partido alcança o nível majoritário, o governo acaba por se constituir com a união de forças numa coalizão multipartidária. Este último cenário é visto, em grande parte, das democracias europeias.

No caso do presidencialismo, este sistema de governo tem seu foco no presidente eleito por voto direto, que apresenta autonomia para decidir sobre a composição de seu governo. O seu mandato se apresenta como peça chave para a estabilidade, e o presidente não depende de apoio legislativo para se manter no poder. Esta prática tem, como figura principal, a política norte-americana.

O presidencialismo de coalizão, figurado principalmente na democracia latino-americana, incluindo a brasileira, tem por base um presidente eleito diretamente com mandato próprio, mas que, para governar, conta com o apoio de uma coalizão multipartidária. Desta forma, acaba por ser um presidencialismo com vestes de parlamentarismo.

### 3.2. CONFIGURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

No artigo “O poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão”, a autora Batista (4), com base nos conceitos de parlamentarismo, presidencialismo e presidencialismo de coalizão, objetiva verificar na literatura a dinâmica, o funcionamento e as principais contribuições desses regimes políticos para o funcionamento interno do Poder Executivo.

Sobre a composição, é importante destacar que ela se configura no início do mandato e está condicionada com o tipo de agenda legislativa que o presidente decide implantar, e que requer alta partidarização e alta união para aprovação de suas propostas no Congresso. Desta forma, para se conseguir um apoio majoritário, deve-se haver a distribuição de cargos a políticos e ministros vinculados aos diversos partidos da coalizão e, assim, estreitar a relação de Legislativo e Executivo para apoio da agenda legislativa presidencial (4).

Estudos do porquê da distribuição de cargos, ou a chamada distribuição de portfólios a determinados partidos, não são explorados pela literatura, o que se sabe, teoricamente, é que a distribuição das pastas é guiada de acordo com o tamanho da representação do partido no Congresso, e que este mecanismo de “agrado” é visto como artifício para o controle da coalizão (4).

A organização/processo decisório do Executivo, no presidencialismo de coalizão, vai além da figura do presidente. Trata-se de se ater como as decisões são tomadas e como o governo de fato governa. Neste contexto, utilizando os estudos de Bonvecchi, a autora elenca a análise da presidência a partir da análise de variável dependente, que busca explicar as características da presidência em diferentes contextos, e aqueles que buscam analisar o impacto da presidência sobre o processo decisório (4).

Sobre a variável dependente, busca-se explicar e descrever a composição, função e evolução dos órgãos de assessoramento, características essas que variam de acordo com as preferências do presidente e o contexto político no qual há interação de atores. Assim, ao evidenciar a variação no tamanho na presidência, em função da complexidade do contexto de decisão com a inclusão de maiores interesses, a presidência acaba por se ampliar e o campo das decisões passa a ser compartilhado horizontalmente ao nível do conselho de ministros.

Cabe destacar que, dentro da configuração, tanto estrutural como de cargos, é necessário identificar quem tem, de fato, o poder de decidir: os ministros (possível

representante do partido de ideologia distante da do governo) ou a acessoria direta do presidente (que se alinha com a ideologia presidencial).

Quanto ao processo decisório, é importante evidenciar que a relação do presidente com seus ministros importa para a governabilidade. Os ministros possuem papel fundamental nos rumos do governo, pois:

Têm o poder de agenda e *expertise* para iniciar legislação de origem executiva; 2) são responsáveis pelo acompanhamento da tramitação dos projetos de iniciativa do Executivo no Legislativo; 3) são os atores centrais na implementação de políticas. (4)

Dadas estas características, cabe ao presidente, em defesa da agenda legislativa, aceitar os custos de transação e centralizar a tomada de decisões na presidência, ou delegá-la aos seus ministros.

Cabe destacar que o uso da indicação política também se configura como instrumento de controle presidencial nas coalizões. A indicação de ministros-júnior, conhecidos como secretários executivos, de partido diferente do ministro, desempenha papel fundamental para controle da pasta e da ação de ministros, a fim de manter as decisões próximas à ideologia do presidente. (4)

### 3.3. MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

Ao aprofundar sobre os mecanismos de controle, Inácio e Rezende (5), no texto “Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas”, reiteram que os mecanismos de monitoramento são essenciais para o presidente, pois a “delegação cruzada” dos agentes gera tensões dentro das coalizões quando as áreas de políticas que interessam a um partido estão sob controle de outros membros da coalizão. Neste sentido, há também o monitoramento dos partidos do governo em direção aos pares, a fim de evitar que eles atuem de forma monopólica em determinada área da política.

Destaca-se que o controle e monitoramento são fomentados tanto dentro quanto fora dos gabinetes multipartidários, podendo haver divergências de cunho ideológico e de interesse em alguma política. Os controles presidenciais se mostram ineficientes e incapazes de inibir o comportamento de agentes que, oportunamente, desviam os acordos das coalizões. Neste sentido, os controles entre os membros da coalizão são necessários para inibir as quebras de acordo, a excessiva autonomia dos ministros e o distanciamento ideológico do agente da coalizão. A quebra de um destes pilares pode ocasionar a debandada de membros na coalizão e prejuízos na agenda legislativa do governo. (5)

Neste contexto, são apresentadas três modalidades de controle horizontal: (5)

- a) **Controle Horizontal Partidário (CHP):** monopolização da política pública de sua jurisdição ministerial e ocupação simultânea da presidência da comissão parlamentar correspondente. Considerado controle ideal estratégico aos partidos.
- b) **Controle Horizontal Coalizacional (CHC):** controle do ministério e da presidência da comissão, comandado por diferente partido da coalizão do governo.
- c) **Controle Horizontal Adversarial (CHA):** possibilidade de um partido ocupar a presidência de uma comissão. Neste caso, há o monitoramento da política pela oposição.

### 3.4. PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO APLICADO A CASOS CONCRETOS

No estudo local “Presidencialismo de Coalizão no Estado de São Paulo”, de Gaspardo e Marchioni (6), os autores demonstram que, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), há um esvaziamento das comissões específicas de cultura e educação, pois a agenda legislativa do governo, resultante da coalizão partidária, se mostra como pauta principal daquela casa legislativa que aprovou 92,59% dos projetos propostos pelo Executivo e apresenta celeridade na apreciação dos projetos que foram postos em tramitação por este Poder entre 1995 e 2014.

A partir desses dados e do Regimento Interno da ALESP, que permite o trâmite especial de apreciação das proposições do governo, os autores concluíram que o Executivo, com coalizões robustas, possui maior capacidade de aprovar seus projetos do que o Legislativo.

O artigo “Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão”, de Borges (7), visa a investigar como a dinâmica da competição eleitoral nas eleições para o Executivo nacional e estadual atua sobre as estratégias de nacionalização ou regionalização dos partidos no território brasileiro.

Nacionalização partidária (NP), um conceito com foco na Câmara dos Deputados, é empregue para medir o grau em que a variação da votação dos partidos, entre os diferentes distritos, se aproxima ou se distancia da votação nacional.

Cabe destacar que vários fatores condicionam o grau de NP. Destacam-se a eleição direta para chefe do executivo e o grau de descentralização dos governos, assim como a proximidade temporal entre a eleição presidencial e as eleições legislativas, que acarreta em uma seleção natural (efeito darwiniano), em que aparecem mais os partidos capazes de nacionalizar suas votações. Desta forma, a disputa presidencial acaba por assumir um caráter bipartidário, assim, os pequenos partidos, que não têm condições de lançar um candidato forte à presidência, acabam por se associarem a um dos candidatos das grandes siglas e com maior visibilidade na eleição nacional, a fim de “garantir sua sobrevivência eleitoral”. (7)

Nesta lógica, ocorre que os partidos competitivos em nível estadual, porém incapazes de disputar a presidência, acabam perdendo espaço e resultam na nacionalização agregada do sistema partidário e facilitam a estruturação de um sistema político descentralizado.

Ressalta-se que, num sistema com múltiplos níveis de governo, como o brasileiro, os partidos sem condições de apresentar candidatos presidenciais viáveis têm a opção de investir nas disputas estaduais e legislativas nacionais. Quanto maior seu impacto nesses níveis, maior possibilidade de sucesso na ampliação de sua base territorial de votação e ampliação de lançamento de candidaturas ao governo estadual em vários distritos.

A dimensão da nacionalização é assunto de grande relevância para pesquisas e estudos sobre o presidencialismo de coalizão:

Dada a vinculação entre eleição presidencial e o desempenho eleitoral dos candidatos ao legislativo, os parlamentares têm maiores incentivos para se alinhar aos interesses e agendas do presidente, em detrimento de lideranças partidárias subnacionais (7).

A partir do estudo de Raile *et al*, Borges (7) mostra que é possível elencar dois motivos, pelos quais os graus de nacionalização dos partidos afetam o custo da governabilidade no presidencialismo de coalizão, pois:

- a) os partidos desnacionalizados costumam ser menos coesos e encantam seus eleitores com políticas públicas de interesses locais;
- b) quanto maior a divergência entre os sistemas partidários no plano distrital e nacional, mais fragmentado fica esse sistema.

A nacionalização tem relação direta com a forma de organização e mobilização eleitoral dos partidos. Os partidos, ao longo de suas histórias, utilizam-se de estratégias de nacionalização de suas eleições para elevar seus votos, a fim de ocupar importantes cargos e ter influência no campo das políticas públicas.

No Brasil, as coalizões se formam de modo não institucionalizado, ocorrendo muito mais de forma acidental que imposta em lei. Aliás, é a característica da maioria dos países da América Latina, à exceção do México, que fez constar em sua Constituição a formação de coalizões de governos em nível federal. (8)

Para Albala (8), governo de coalizão é definido como o regime presidencialista que forma uma aliança de partidos ao redor de si, com o fim de uma ação governamental comum, contando com uma convergência de recursos organizacionais e financeiros de cada um dos participantes e que desemboca na repartição das cadeiras ministeriais (cargos no setor público) entre os mesmos participantes.

O mesmo autor, com base em literatura especializada, informa que quanto mais alto é o número de partidos, maior é a possibilidade de casos de presidencialismo minoritário, e mais alta é a probabilidade de formarem-se governos de coalizão “por

necessidade”; e quanto mais baixo é o número de partidos, mais alta é a probabilidade de o presidente contar com uma maioria parlamentar e, portanto, mais baixa é a necessidade de formar coalizões. (8)

No Brasil, esta forma de organização de governo é a regra desde 1985, quando José Sarney ocupou a cadeira presidencial e vige até os dias de hoje. E ainda, quanto mais elevados são os poderes do presidente, mais alta é a tentação de governar sozinho (sem formar coalizões). Assim, a possibilidade de governar por decreto desestimula a negociação. Por oposição, quanto mais autônomo for o parlamento, mais alta é a necessidade de formar coalizões.

Batista (9) defende, com base em estudos sobre a formulação de leis no Brasil, a coalizão que transforma o Executivo no principal legislador de fato no país, sendo a origem de mais de 75% dos projetos aprovados pelos legisladores, quando conta com uma base de apoio razoavelmente consistente. Tal assertiva é verdadeira, vez que outros trabalhos de base empírica observaram que grande número de proposições legislativas, especialmente em saúde, têm o Chefe do Poder Executivo como o proponente, seja em forma de projeto de lei de iniciativa do Executivo, seja em forma de Medida Provisória.

Isso porque a formação de uma coalizão governativa dá-se, como visto, através da nomeação para as pastas ministeriais e outros cargos do Executivo, para os partidos da base presidencial (partidos que apoiam o presidente). Da perspectiva do Poder Legislativo, a incorporação dos partidos na gestão do governo cria uma relação entre o Presidente e a sua base, fortalecendo o apoio dos parlamentares para a sua agenda governamental. Contudo, ao apoiar a agenda do Executivo no Congresso, o que os partidos da coalizão recebem? Dito de outra forma, o que significa para os partidos da base o controle de pastas ministeriais? O argumento desenvolvido por Batista (9) é que, em troca do apoio do seu partido no Legislativo, o ministro busca influência no governo.

Assim, o Presidente, os ministros e ocupantes de cargos indicados por parlamentares estão envolvidos em uma troca: apoio legislativo por influência no governo. Com isto em mente, o ministro não pode ser visto como um funcionário regular do Presidente, mas um representante do partido que tem uma ideologia, preferências políticas, projetos eleitorais e agenda política própria, o que, certamente, afeta diretamente as decisões tomadas pelo governo. É certo que tais arranjos afetam a produção legislativa, incluída a saúde e a agricultura, no âmbito do Poder Legislativo federal.

Os legisladores têm objetivos e preferências próprias, mas o Legislativo é uma instituição de tomada de decisão coletiva, e a regra da maioria obriga os parlamentares a buscarem os ganhos de troca.

Ora, se o presidente convida os partidos para se juntarem ao seu governo em troca de apoio político no Legislativo, este apoio é em troca de algo mais: o interesse do ministro ou ocupante de cargo em controlar um portfólio, incluindo o controle do orçamento, a implementação de projetos em áreas eleitoralmente relevantes e, óbvio, o controle da legislação. Assim, o Presidente e os ministros estão envolvidos em uma troca: apoio legislativo por influência no governo.

## 4. CONCLUSÃO

O artigo se desenvolve em torno das ideais e conceitos sobre o presidencialismo de coalizão, reunindo os conceitos e principais características do fenômeno político com discussões, mesmo que supérfluas, sobre a produção legislativa em face desses arranjos entre os poderes.

Uma escassez de trabalhos acadêmicos na área da ciência política e do direito sobre o presidencialismo de coalizão e a produção legislativa foi constatada durante a pesquisa por bibliografia, devendo o tema ser melhor explorado em estudos de graduação ou pós-graduação. Trabalhos mais aprofundados sobre a formação das políticas públicas e seu obrigatório arco normativo, em face das coalizões políticas existentes no Brasil e sucessivos governos, darão uma ideia da formação legal, inclusive no tema da saúde, campo que deve ser melhor explorado para entender as reais consequências das coalizões na construção do Sistema Único de Saúde.

Espera-se que este trabalho sirva de inspiração para outros estudos.

## REFERÊNCIAS

1. Limonge F, Figueiredo A. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*. 1998;44(98):81-106.
2. Abranches S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados Rev Ciênc Sociais*. 1988;31:5-34.
3. Marcolino T, Mizukami MG. Narrativas, processos reflexivos e prática profissional: apontamentos para pesquisa e formação. *Interface (Botucatu)*. 2008;12(26):541-547.
4. Batista M. O Poder no executivo: uma análise do papel da presidência e dos ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro. *Opinião Pública*. 2013;19(2):449-473.
5. Inacio M, Rezende D. Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas. *Opinião Pública*. 2015;21(2): 296-335.
6. Gasparido M, Marchioni A. Presidencialismo de coalizão no estado de São Paulo. *Revista Direito e Liberdade*. 2016;18(3):233-255.
7. Borges A. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. *Dados*. 2015;58(3):651-688.
8. Albala A. Presidencialismo e coaliciones de gobierno en America Latina: un análisis del papel de las instituciones. *Rev de Ciencia Política*. 2016;36(2):459-479.
9. Batista M. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. *Revista de Sociologia e Política*. 2016;24(57):127-155.